

Prezados Acionistas e Administradores, Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), relativas ao exercício findo em 31/12/2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Cenário Mercado de Transporte: Ao longo do exercício de 2025, o setor de transporte coletivo de passageiros apresentou estabilidade em seus principais indicadores operacionais, destacando-se a manutenção do volume de passageiros equivalentes transportados e da quilometragem total produzida. Observa-se uma consolidação gradual da demanda, ainda que em patamares inferiores aos níveis pré-pandemia. O ambiente macroeconômico permaneceu desafiador durante o período com taxas de juros elevadas, impactando as condições de crédito e as decisões de investimento do setor. Nesse contexto, as empresas operadoras de transporte coletivo mantiveram uma postura conservadora em relação à renovação de frota, concentrando-se, majoritariamente, no cumprimento das substituições obrigatórias previstas nos contratos de concessão, bem como na preservação e otimização dos ativos existentes. Para o exercício de 2026, as perspectivas para o segmento de transporte coletivo por ônibus são favoráveis. A expectativa de redução das taxas de juros, associada à continuidade da recuperação gradual da demanda e à possível evolução de políticas públicas voltadas à mobilidade urbana e à sustentabilidade, tendem a contribuir para a manutenção de um

desempenho operacional consistente. Ainda assim, o setor deverá permanecer atento aos desafios relacionados ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, à evolução dos custos operacionais e à necessidade de investimentos em modernização, eficiência e transição energética. **Resultados: Ativos e Carteira de Crédito:** A Caruana encerrou o exercício de 2025 com um total de ativos de R\$ 1.110.255 mil dos quais as operações de crédito representam R\$ 983.470 mil, indicando redução de 0,94% no exercício. **Captação de Recursos:** Adotando uma postura conservadora, a Caruana mantém sua estratégia de captação de recursos por meio de uma ampla rede de corretoras, aliada à atuação de sua própria estrutura de distribuição. As emissões são conduzidas sem previsão de resgate antecipado, preservando, assim, um elevado nível de liquidez. A Caruana encerrou o exercício de 2025 com um total de R\$ 945.579 mil em recursos captados contra R\$ 952.462 mil em 30 de junho de 2025, apresentando redução de 0,72% no período. **Patrimônio e Lucro Líquido:** A Sociedade encerrou o exercício com resultado negativo de R\$ 5.776 mil. Tal desempenho foi impactado, principalmente, pela implementação das novas regras de contabilização de provisões para perdas esperadas, conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.966 e BCB nº 352. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 128.912 mil, frente aos R\$ 133.954 mil apurados em 30 de junho de 2025. **Recursos:** Em consonância com seu planejamento estratégico, a Caruana vem direcionando esforços para ampliar suas receitas por meio de operações de crédito e prestação de

serviços. No exercício de 2025, observou-se uma redução significativa no resultado contábil das receitas de serviços, sobretudo na rubrica de tarifa de contratação de crédito. Tal movimento decorre da alteração nas normas contábeis de reconhecimento de receita, que passaram a determinar o diferimento de sua apropriação ao longo da vigência das operações. Somadas, as receitas de intermediação financeira (operações de crédito) e de prestação de serviços apresentaram aumento de 0,32% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 217.066 mil em 2025, ante R\$ 216.366 mil registrados no exercício de 2024. Adicionalmente, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e por despesas relacionadas à implantação de serviços de meios de pagamento destinados ao setor de transporte de passageiros. **Índice de Basileia:** O Patrimônio de Referência representou 12,49% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) em dezembro de 2025, evidenciando assim, ampla margem em relação ao mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil (10,50%). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e sociobancário encontram-se disponíveis ao público no site da Sociedade. **Destacamos:** A Caruana manteve no exercício de 2025 sua classificação de **Investment Grade**, divulgada pela agência **Standard & Poor's**, com manutenção da perspectiva estável. A Sociedade continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo

ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com uma das principais bandeiras do mercado. Alinhado a sua estratégia, a Caruana permanece operando com o Fundo Garantidor de Investimento (**FGI Tradicional – BNDES**), configurando-se como a primeira Instituição a ser aprovada dentro dos novos conceitos de habilitação. Adicionalmente, no primeiro semestre de 2025, a Caruana obteve habilitação junto à Caixa Econômica Federal para participação no **Programa de Renovação de Frota de Transporte Público Coletivo Urbano (Refrota)**. O programa tem como objetivo viabilizar a substituição e modernização da frota de ônibus em circulação no país, por meio de linhas de financiamento específicas. A habilitação da Caruana nesse programa reforça seu posicionamento estratégico no setor de mobilidade, permitindo ampliar sua atuação no financiamento de projetos voltados à renovação e modernização do transporte coletivo de passageiros. A Sociedade segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores. **Agradecemos:** Agradecemos aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Sociedade. São Paulo, 20 de março de 2026.

A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Diponibilidades	4	8.756	Instrumentos Financeiros		969.909
Instrumentos Financeiros		988.037	Depósitos		968.386
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	35.015	Depósitos a prazo	11	944.056
Títulos e Valores Mobiliários	6	22.127	Outros depósitos	11a	24.330
Cotas de Fundos de Investimento		1.150	Recursos de Aceites Cambiais		1.523
Vinculados a prestação de garantias		20.977	Recursos de aceites cambiais	11	1.049
Relações Interfinanceiras		24.686	Recursos de aceites letras financeiras	11	474
Operações de Crédito		902.935	Relações Interfinanceiras		122
Setor privado – Empréstimos	7a	497.470	Transações de pagamento		122
Setor privado – Financiamentos	7a	483.991	Outras Obrigações		11.312
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7b,7f e 7g	(78.526)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		975
Outros Créditos		3.274	Fiscais e previdenciárias	12a	884
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7a e 7g	357	Provisão para riscos	12b e 13b1	4.944
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7b,7f e 7g	(20)	Diversas	12b	4.509
Diversos		2.937	Patrimônio Líquido		128.912
Outros Valores e Bens		56.412	Capital Social	14a	131.964
Outros valores e bens		53.942	(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	14f	1
(-) Provisão para desvalorização	10	(1.362)	Prejuízos Acumulados		(3.053)
Despesas antecipadas		3.832	Total do Passivo		1.110.255
Ativos Fiscais Diferidos	9a	54.011			
Investimentos		270			
Outros Investimentos		270			
Imobilizado de Uso		791			
Outras imobilizações de uso		4.146			
(-) Depreciações acumuladas		(3.355)			
Intangível		1.978			
Ativos intangíveis		9.734			
(-) Amortização acumulada		(7.756)			
Total do Ativo		1.110.255			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis semestre findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Instituição"), sociedade anônima de capital fechado, situada na Av. do Café 277, 4º andar conjunto 402 – Torre A, tendo como controladora a Caruana S.A. Participações e Empreendimentos, iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo BACEN a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), na modalidade de emissora de moeda eletrônica (IP), possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo BACEN são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2025, as atividades da Instituição foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva); b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da Instituição.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas práticas compreendem as disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e suas alterações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo próprio BACEN e, quando aplicável, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados por meio de atos normativos específicos. A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis pela Administração, baseadas em julgamentos, premissas e informações disponíveis na data de sua elaboração. Dentre os principais elementos sujeitos a estimativas estão: provisões para perdas associadas à realização de ativos e recuperação de créditos, provisões para contingências, avaliação de instrumentos financeiros a valor justo (marcação a mercado), provisões para perdas esperadas em operações de crédito, bem como o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos. As estimativas e premissas utilizadas são periodicamente revistas pela Administração, ao menos semestralmente, e podem sofrer alterações em função de novas informações ou mudanças no ambiente econômico e regulatório. Os resultados reais das transações podem divergir das estimativas inicialmente utilizadas, em razão das incertezas inerentes ao processo de mensuração. **Adoção de novas normas:** A partir de 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar as Resoluções CMN nº 4.966/2021, suas alterações posteriores, e BCB nº 352/2023, que introduziram mudanças significativas nas normas contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, sendo adotadas de forma prospectiva. Como principais impactos, destacam-se: **• Classificação e mensuração de ativos financeiros:** os ativos passam a ser classificados com base no modelo de negócios da Instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa (teste de SPP) – Somente Pagamentos de Principal e Juros), nas categorias: custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR); **• Reconhecimento de receitas e encargos financeiros:** receitas e custos diretamente vinculados à origem ou emissão de instrumentos financeiros devem ser apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, quando considerados materiais; **• Suspensão da apropriação de juros:** os juros deixam de ser apropriados a partir do momento em que o ativo financeiro for caracterizado como de problema de recuperação de crédito (ativo problemático); **• Modelo de perda esperada:** o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito passa a ser feito com base no modelo de perda esperada, conforme critérios definidos na Resolução BCB nº 352/2023, o que antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência da inadimplência; **• Renegociação e reestruturação:** foram definidos novos critérios contábeis para mensuração e apresentação de operações renegociadas ou reestruturadas; e **• Baixa de ativos financeiros:** os ativos financeiros passam a ser baixados para prejuízo a partir do momento em que não houver mais expectativa razoável de recuperação por parte da Instituição. Além disso, as alterações foram acompanhadas de medidas operacionais e sistêmicas. **• Instruções Normativas BCB nºs 493 a 500/2024:** os eventos contábeis e os registros dos ativos e passivos financeiros foram ajustados conforme o novo plano de contas e estrutura operacional definidos por essas instruções. **• Resolução CMN nº 4.975/2021:** estabelece os critérios contábeis específicos para operações de arrendamento mercantil, aplicáveis às instituições financeiras e demais entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Lei nº 14.467/2022: essa norma alterou a legislação tributária federal, permitindo a realização fiscal de créditos tributários referentes a perdas esperadas com ativos financeiros, com base no novo modelo contábil introduzido pelas normas do BACEN. A lei alterou, entre outros pontos, os arts. 12 e 13 da Lei nº 9.430/96, e autoriza que valores contabilizados a título de perda esperada sejam deduzidos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, observadas as condições, limites e prazos regulamentares. Dessa forma, promoveu maior convergência entre o tratamento contábil e o fiscal das perdas com risco de crédito. A Instituição optou por adotar a disposição transitória prevista no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, com suas alterações posteriores, a qual permite à Instituição não apresentar informações comparativas de períodos anteriores, em decorrência das mudanças introduzidas na classificação, mensuração e contabilização de perdas de crédito esperadas aplicáveis

Passivo	Nota	2025	Ativo	Nota	2025
Instrumentos Financeiros		969.909	Diponibilidades		8.756
Depósitos		968.386	Instrumentos Financeiros		988.037
Depósitos a prazo	11	944.056	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		35.015
Outros depósitos	11a	24.330	Títulos e Valores Mobiliários		22.127
Recursos de Aceites Cambiais		1.523	Cotas de Fundos de Investimento		1.150
Recursos de aceites cambiais	11	1.049	Vinculados a prestação de garantias		20.977
Recursos de aceites letras financeiras	11	474	Relações Interfinanceiras		24.686
Relações Interfinanceiras		122	Operações de Crédito		902.935
Transações de pagamento		122	Setor privado – Empréstimos	7a	497.470
Outras Obrigações		11.312	Setor privado – Financiamentos	7a	483.991
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		975	(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7b,7f e 7g	(78.526)
Fiscais e previdenciárias	12a	884	Outros Créditos		3.274
Provisão para riscos	12b e 13b1	4.944	Valores a receber relativos a transações de pagamento	7a e 7g	357
Diversas	12b	4.509	(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7b,7f e 7g	(20)
Patrimônio Líquido		128.912	Diversos		2.937
Capital Social	14a	131.964	Outros Valores e Bens		56.412
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	14f	1	Outros valores e bens		53.942
Prejuízos Acumulados		(3.053)	(-) Provisão para desvalorização	10	(1.362)
Total do Passivo		1.110.255	Despesas antecipadas		3.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	2º semestre	Exercício
	2025	2025
Prejuízo do semestre/exercício	(4.605)	(5.776)
Outros resultados abrangentes	(2)	1
Ativos financeiros mensurados a VJORA	(3)	1
Imposto de renda e contribuição social	(1)	(2)
Resultado abrangente total	(4.607)	(5.775)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a instrumentos financeiros. Os efeitos da adoção inicial dos novos critérios contábeis estabelecidos pela referida Resolução foram reconhecidos, em 1º de janeiro de 2025, diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários, conforme previsto no regime de transição nota explicativa nº 22. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 20 de março de 2026. **3. Resumo das principais práticas contábeis** – As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, considerando rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, **pro rata die**, incidentes sobre os ativos e passivos até a data do balanço. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo os rendimentos relativos a períodos futuros apropriados em contas redutoras dos respectivos ativos ou passivos. Já as operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, conforme os índices pactuados contratualmente. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira, estas últimas convertidas para Reais pela taxa de câmbio do último dia do mês de fechamento do balanço, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil bem como por investimentos de curto prazo de alta liquidez, incluindo aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na nota explicativa nº 4. **c) Aplicação interfinanceira de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentadas na nota explicativa nº 5. **d) Instrumentos Financeiros: i) Reconhecimento Inicial:** Um ativo ou passivo financeiro, com exceção das operações de crédito, das operações com características de concessão de crédito e dos depósitos de clientes, é reconhecido contabilmente quando a Instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro, o que geralmente ocorre na data da negociação. As operações de crédito e com características de concessão de crédito são reconhecidas na data da liberação dos recursos ao tomador. A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial considera os termos contratuais do instrumento e o modelo de negócios adotado pela Instituição para a gestão dos ativos e passivos financeiros. A mensuração inicial é realizada pelo valor justo na data de aquisição, origem ou emissão do instrumento financeiro. Para os instrumentos que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão são incorporados ao valor contábil inicial. **ii) Modelo de Negócio:** A classificação dos ativos financeiros é determinada com base no modelo de negócios adotado pela Instituição para a gestão desses ativos, fazendo com que eles sejam mensurados: Custo Amortizado: ativos financeiros mantidos para recebimento de fluxos de caixa contratuais, representando pagamentos de principal e juros. • Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos financeiros mantidos para recebimento de fluxos de caixa contratuais e venda, quando os fluxos de caixa representam apenas principal e juros. • Valor Justo por meio do Resultado (VJR): ativos financeiros que não atendem aos critérios de classificação anteriores. Os instrumentos financeiros estão classificados, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Classificação dos instrumentos financeiros	
Compromissadas – Posição Bancada	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor Justo por meio outros resultados abrangentes
Cotas de fundos de investimento	Valor Justo meio do resultado
Operações de crédito	Custo Amortizado
Depósitos a prazo	Custo Amortizado
Letras de câmbio	Custo Amortizado
Letras Financeiras	Custo Amortizado

iii) Teste de SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros): Para fins de classificação contábil, os ativos financeiros passam pelo teste de SPPJ, que avalia se os fluxos de caixa contratuais representam unicamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal. Caso não cumpram esse critério, são classificados ao valor justo por meio do resultado. O modelo de negócios é avaliado considerando a forma de gestão dos ativos, os riscos que afetam o desempenho, a forma de remuneração dos gestores e a forma de avaliação de desempenho reportada à Administração. **iv) Hierarquia do Valor Justo:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado, entre partes independentes, conhecedoras do mercado e dispostas a realizar a transação em condições normais e competitivas, na data da mensuração. A mensuração dos instrumentos financeiros é realizada com base na hierarquia de valor justo, conforme definida a seguir: **• Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem, entre outros, títulos públicos federais, ações de companhias abertas, posições em contratos futuros e cotas de fundos de investimento com liquidez imediata. **• Nível 2:** Técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis, direta ou indiretamente, nos mercados. Abrangem, por exemplo, derivativos negociados no mercado de balcão e cotas de fundos de investimento com liquidez restrita. **• Nível 3:** Técnicas de avaliação baseadas em dados não observáveis no mercado, aplicáveis quando não há informações disponíveis relevantes de mercado. No período de referência, não houve reclassificações entre os níveis da hierarquia de valor justo. **v) Baixa de Instrumentos Financeiros:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando ocorre a transferência substancial dos riscos e benefícios associados. Os passivos financeiros são baixados quando extintos contratualmente ou liquidados. **vi) Ativos Financeiros com Problemas de Recuperação de Crédito:** São classificados como problemáticos os ativos financeiros que apresentem uma ou mais das seguintes condições:

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de lucros	Ajustes de Avaliação	Prejuízos	Total
	Nota	Legal	Especial	Patrimonial	acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	127.714	4.250	1.171	7.646		140.781
Ajuste Adoção Inicial – Resolução 4.966/21 do CMN	22				(4.528)	(4.528)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	127.714	4.250	1.171	7.646		136.253
Aumento de Capital	14	4.250	(4.250)			
Absorção de prejuízos			(1.171)	(6.515)		7.686
Dividendos pagos	14c			(1.131)		(1.566)
Prejuízo do exercício					(5.776)	(5.776)
MTM de Títulos mensurados a VJORA	14f				1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2025	131.964				3	(3.053)
Saldos em 30 de junho de 2025	131.964				1	128.912
Absorção de prejuízos			(1.171)	(816)		1.987
Dividendos pagos						(435)
Prejuízo do semestre					(4.605)	(4.605)
MTM de Títulos mensurados a VJORA					(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	131.964				1	(3.053)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro por lote de mil ações)

	2º semestre	Exercício
	2025	2025
Receitas de intermediação financeira	112.153	220.777
Operações de crédito	7i e 8b	105.497
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	2.157
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.499
Despesas de intermediação financeira	(93.110)	(174.105)
Operações de captação no mercado (Provisões) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11a	(82.451)
	7g	(10.659)
Resultado bruto da intermediação financeira	19.043	46.672
Outras receitas/(despesas) operacionais	(28.309)	(57.071)
Receitas de prestação de serviços	15	4.042
Despesas de pessoal		(6.216)
Outras despesas administrativas	17	(23.398)
Provisões para riscos		(53)
Despesas tributárias		(1.999)
Outras receitas operacionais	16a	26
Outras despesas operacionais	16b	(711)
Resultado operacional	(9.266)	(10.399)
Resultado não operacional	2.508	2.444
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(6.758)	(7.955)
Imposto de renda e contribuição social corrente	18a	730
Imposto de renda e contribuição social diferido	18a	1.423
(Prejuízo) do Semestre/exercício	(4.605)	(5.776)
Número de Ações – Média Ponderada	86.357.004	86.357.004
(Prejuízo) por lote de mil ações – Básico e Diluído – R\$	(53,33)	<

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

... continuação

casas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **j) Lucro por ação:** Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período – número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias adquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período). Considera-se como data de recebimento a data em que a Instituição obteve a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo. **k) Resultado Não Recorrente:** A Instituição considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Administração informa que

		31/12/2025				
		Vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Ajuste Mercado/Contábil
Títulos Públicos – LFT (ii)		mar/27	-	-	12.384	1
Títulos Públicos – LFT (ii)		set/26	-	8.583	-	9
Cotas de fundos de investimento (i)		Sem vencimento	1.150	-	-	1.150
Total			1.150	8.583	12.384	10

(i) Cotas patrimoniais do BNDES para operações com garantias do FGC, TR e (ii) Os títulos possuem negociações ativas e foram ajustados com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, sendo classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários foi de R\$ 3.622.

7. Operações de crédito – a) Composição das operações de crédito

		31/12/2025				
		Car-teira C1	Car-teira C2	Car-teira C3	Car-teira C4	Car-teira C5
Capital de Giro		- 206.751	286.426	-	666	493.843
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)		- 484.541	107	-	-	484.648
Desconto de Títulos		-	-	3.352	-	3.352
Conta Garantida		-	-	37	-	37
Cartão de Crédito		-	-	-	1.233	1.233
Total		- 691.292	289.922	-	1.899	983.113

Outros Créditos
Títulos e créditos a receber - 357 357
Total – nota 7b - 691.292 289.922 - 2.256 983.470

Receitas Diferidas – TJEO - (1.652)
Total das operações de crédito - 981.818

b) Classificação das operações de crédito por nível de risco

		31/12/2025				
		Ativos não problemáticos	Ativos Problemáticos não inadimplidos	Ativos Problemáticos Inadimplidos	Total	
C1		634.896	10.888	45.507	691.291	
C2		268.431	4.723	16.769	289.923	
C3		1.671	25	560	2.256	
C4		904.998	15.636	62.836	983.470	
C5		-	-	-	-	

		31/12/2025				
		Ativos não problemáticos	Ativos Problemáticos não inadimplidos	Ativos Problemáticos Inadimplidos	Total	
C1		13.959	5.225	31.815	50.999	
C2		5.701	4.601	16.731	27.033	
C3		44	13	457	514	
C4		19.704	9.839	49.003	78.546	
C5		-	-	-	-	

c) Distribuição das Parcelas por Faixa de Vencimento

		31/12/2025				
		Car-teira C1	Car-teira C2	Car-teira C3	Car-teira C4	Car-teira C5
Vencidas		- 12.832	4.195	-	52	17.079
A vencer até 3 meses		- 77.314	48.627	- 1.001	-	126.942
A vencer até 12 meses		- 190.143	94.365	-	-	284.630
A vencer até 3 anos		- 296.909	97.940	-	-	241.399
A vencer até 5 anos		- 56.572	18.021	-	-	74.710
A vencer até 15 anos		- 1.127	5.284	-	-	6.549

Ativos problemáticos não inadimplidos

Vencidas	- 293	147	-	-	440
A vencer até 3 meses	- 547	351	-	24	922
A vencer até 12 meses	- 2.511	1.749	-	-	4.260
A vencer até 3 anos	- 6.699	2.475	-	-	9.174
A vencer até 5 anos	- 644	-	-	-	644
A vencer até 15 anos	- 195	-	-	-	195

Ativos problemáticos inadimplidos

Vencidas	- 21.866	10.242	-	560	32.668
A vencer até 3 meses	- 4.153	1.323	-	-	5.476
A vencer até 12 meses	- 8.812	2.591	-	-	11.403
A vencer até 3 anos	- 9.679	2.530	-	-	12.209
A vencer até 5 anos	- 996	83	-	-	1.079
Total	- 691.292	289.923	-	2.255	983.470

d) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

		31/12/2025	
		Perda Incorrida	Provisão Adicional
Transporte		-	852.451
Comércio		-	37.098
Pessoas físicas		-	3.848
Outros Serviços		-	90.073
Total		-	983.470

e) Concentração dos maiores tomadores de crédito

		31/12/2025	
		Valor	% sobre PL
10 maiores devedores		251.749	26%
50 seguintes maiores devedores		591.347	60%
100 seguintes maiores devedores		138.819	14%
Demais devedores		1.555	0%
Total		983.470	100,0%

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Operações Crédito.

		31/12/2025		
		Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada
C1 Ativos não Problemáticos		-	-	-
C1 Ativos Problemáticos não Inadimplidos		-	-	-
C1 Ativos Problemáticos Inadimplidos		-	-	-
C2 Ativos não Problemáticos		- 13.955	-	4 13.959
C2 Ativos Problemáticos não Inadimplidos		-	5.001	224 5.225
C2 Ativos Problemáticos Inadimplidos		29.664	2.137	14 31.815
C3 Ativos não Problemáticos		-	5.171	- 5.171
C3 Ativos Problemáticos não Inadimplidos		-	4.823	278 4.601
C3 Ativos Problemáticos Inadimplidos		15.720	1.010	- 16.730
C4 Ativos não Problemáticos		-	-	-
C4 Ativos Problemáticos não Inadimplidos		-	-	-
C4 Ativos Problemáticos Inadimplidos		-	-	-
C5 Ativos não Problemáticos		-	38	- 38
C5 Ativos Problemáticos não Inadimplidos		-	13	- 13
C5 Ativos Problemáticos Inadimplidos		444	11	3 458
Total		45.828	32.189	523 78.540

g) A provisão para perda esperada apresentou a seguinte movimentação no semestre:

		2º Semestre	
		Saldo Inicial	Saldo Final
Constituição		67.886	20.812
Reversão		(10.152)	(10.152)
Saldo final		78.546	78.546

h) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Operações Crédito.

		31/12/2025		
		Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada
C5 Ativos não Problemáticos		-	6	- 6
Total		-	6	- 6

i) Depósitos e recursos de aceites cambiais

		31/12/2025	
		Depósitos a prazo (*)	Letras de Câmbio (**)
Até 3 meses		55.494	122
De 3 a 12 meses		313.459	639
Acima de 12 meses		866.535	15
Total Pós Fixado		935.488	776

j) Depósitos e recursos de aceites cambiais

		31/12/2025	
		Depósitos a prazo (*)	Letras de Câmbio (**)
Até 3 meses		3.305	1
De 3 a 12 meses		4.228	171
Acima de 12 meses		1.035	101
Total Pré Fixado		8.568	273
Total		944.056	1.049

(*) Do saldo de R\$ 944.056 o montante de R\$ 836.584 refere-se a captações em depósito a prazo sem compromisso de liquidez, com taxa média de 114,68% do DI, sendo que o montante de R\$ 101.490

não houve resultados não recorrentes no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

		31/12/2025	
		Disponibilidades em moeda nacional	Disponibilidades em Moedas Estrangeiras
Total		8.349	407
Total		35.015	35.015

5. Instrumentos Financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

		31/12/2025	
		Circulante	Não Circulante
Receita a liquidar-Posição Bancada (LTN) (i)		35.015	-
Total		35.015	- 35.015

(i) Custodiados no sistema especial de liquidação e custódia (SELIC) e Mensuração – Nível 1 – Obdiadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 8.036.

das avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. O valor reconhecido de provisão para perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 19.783. **h) Operações com cartões de crédito – A Futurar**

		31/12/2025				
		Car-teira C1	Car-teira C2	Car-teira C3	Car-teira C4	Car-teira C5
Títulos e créditos a receber		-	-	-	-	357 357
Total		-	-	-	-	357 357

i) Resultado das operações de crédito 2º semestre Exercício

		2º semestre Exercício	
		2025	2025
Rendimentos de Empréstimos		52.624	102.320
Capital de Giro		426	938
Cartão de Crédito		912	1.397
Conta Garantida		-	-
Total		53.962	104.715

Rendimentos de Títulos

Desconto de Títulos	338	761
---------------------	-----	-----

Rendimentos de Financiamento

Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	50.985	103.380
Total	105.285	208.796

8. Créditos renegociados e recuperados de prejuízo

a) Renegociados:

		31/12/2025	
		2º semestre Exercício	2025
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)		29.910	29.910
Capital de Giro		50.845	50.845
Total		80.755	80.755

b) Recuperados de Prejuízo:

		2º semestre Exercício	
		2025	2025
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)		100	100
Cartão de Crédito		84	168
Capital de Giro		28	56
Total		212	323

9. Outros créditos

		31/12/2025	
		Ativos Problemáticos não inadimplidos	Ativos Problemáticos Inadimplidos
Ativos fiscais diferidos (a)		54.011	2.427
Impostos e Contribuições a compensar		4	4
Adiantamento para pagamento de nossa conta		150	150
Imposto de renda a recuperar		129	129
Pagamentos a ressarcir		56	56
Adiantamentos e antecipações salariais		357	357
Títulos e créditos a receber (i) (nota explicativa nº 7g)		171	171
Devedores diversos no País (ii)		(20)	(20)
Total		57.285	57.285

(i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vendidas e operações a faturar; e (ii) Referem-se substancialmente a recebimentos de operações de crédito cuja liquidação é concluída em dia subsequente. **(a) Ativos Fiscais Diferidos:** Os ativos fiscais diferidos do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 4.842/20 do CMN, o incremento, reversão ou a manutenção dos ativos fiscais diferidos deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. **Origem e movimentações dos créditos tributários:**

		IRPJ		CSLL	
		Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias	Total	Total
Saldo em 31/12/2024		28.400	17.040	45.440	45.440
Constituição		13.917	8.350	22.267	22.267
Realização		(8.560)	(5.136)	(13.696)	(13.696)
Saldo em 31/12/2025		33.757	20.254	54.011	54.011

Composição do crédito tributário:

		30/06/2025		31/12/2025	
		Saldo	Consti-tuições/Reversões	Saldo	Saldo
Descrição		Saldo <th>Consti-tuições/Reversões</th> <th>Saldo</th> <th>Saldo</th>	Consti-tuições/Reversões	Saldo	Saldo
Diferenças temporárias		27.154	1.348	28.502	28.502
Operações de Crédito e Outros Créditos		22.988	(1)	22.987	22.987
Créditos Baixados como Prejuízo		381	164	545	545
Provisão para desvalorização de BNDU		2.067	(90)	1.977	1.977
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias		52.590	1.421	54.011	54.011

Descrição

		31/12/2024		31/12/2025	
		Saldo	Consti-tuições/Reversões	Saldo	Saldo
Operações de Crédito e Outros Créditos		20.420	8.082	28.502	28.502
Créditos Baixados como Prejuízo		22.970	17	22.987	22.987
Provisão para desvalorização de BNDU		278	267	545	545
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias		1.772	205	1.977	1.977
Total</					

... continuação

Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase** **Demonstrações contábeis comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2025, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966, do Conselho Monetário Nacional, e na Resolução BCB nº 352, do Banco Central do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações**

contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das**

demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **▪** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **▪** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; **▪** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações

feitas pela Administração; **▪** Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e **▪** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2SP 013.846/O-1
Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1SP 120.359/O-8

